Ata da IX sessão ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para às quatorze horas do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e seis, e realizada no Auditório A-112-0 Bloco A, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001, Bairro Bangu, Santo André - SP. A reunião foi presidida pelo professor Raphael Yokoingawa de Camargo, Pró-Reitor de Graduação, e contou com a presença dos seguintes membros: Alexei Magalhães Veneziani, Vice-diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Antônio Álvaro Ranha Neves, Coordenador do curso de Bacharelado em Física; Breno Arsioli Moura, Coordenador do curso de Licenciatura em Física; Bruna Niccoli Ramirez, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T); Claudia Maria Arantes de Assis Saar, Vice-coordenadora do curso de Licenciatura em História; Claudia Regina Vieira, Coordenadora *pro tempore* do curso de Licenciatura em Pedagogia; Claudio José Bordin Júnior, Coordenador do curso de Engenharia de Informação; Crhistian Raffaelo Baldo, Coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Danilo Trabuco do Amaral, Coordenador do curso de Bacharelado em Biotecnologia; Elias David Morales Martinez, Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Evonir Albrecht, Vice-coordenador do curso de Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes (LEILA); Fernanda Dias da Silva, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Francisco José Brabo Bezerra, Coordenador do curso de Licenciatura em Matemática; Gleica Rodrigues de Souza, representante discente; João Lameu da Silva Júnior, Coordenador do curso de Engenharia Biomédica; José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, Coordenador *pro tempore* do curso de Licenciatura em Geografia; Lucia Helena Gomes Coelho, coordenadora do curso de Engenharia Ambiental e Urbana; Maisa Helena Altarugio, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE); Marcelo Modesto da Silva, Coordenador do curso de Engenharia de Energia; Marcelo Zanotello, Vice-diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Mariana Moraes de Oliveira Sombrio, Vice-coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH); Mirela Inês de Sairre, Coordenadora do curso de Bacharelado em Química; Patrícia Maria de Jesus, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Paulo de Ávila Junior, Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Paulo Roberto de Oliveira, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Pedro Bravo de Souza, Vice-coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Rafael Santos de Oliveira Alves, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Regimeire Oliveira Maciel, Coordenadora do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC); Ronaldo Cristiano Prati, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciência de Dados; Roseli Frederigi Benassi, Diretora do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Suzana de Siqueira Santos, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência da Computação; Tania Cristina Dória, representante técnico-administrativa; Thais Tartalha do Nascimento Lombardi, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Vânia Trombini Hernandes, Coordenadora do curso de Engenharia de Materiais; Wesley Góis, Vice-coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial. **Não votantes:** Diogo Francisco Paulo da Rocha, Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas (ProGePe); Gabriel Almeida Antunes Rossini, Vice-diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Giselle Watanabe, Pró-reitora Adjunta de Graduação; Isabel Silva, aluna convidada da Licenciatura em Educação no Campo; Jurandir do Prado, aluno convidado da Licenciatura em Educação no Campo; Rodrigo Roque Dias, Coordenador Geral dos Cursos de Graduação (CGCG); Vicentina Azevedo, professora e coordenadora local convidada da Licenciatura em Educação no Campo. **Ausentes:** Arthur Caldeira Silva Leão, representante discente; Carlos Eduardo Ginetti, representante técnico-administrativo; Claudinei

Eduardo Biazoli Júnior, Coordenador do curso de Bacharelado em Neurociência; Sergio Amadeu da Silveira, Coordenador do curso de Bacharelado em Políticas Públicas; Sérgio Ricardo Lourenço, Coordenador do curso de Engenharia de Gestão. **Ausências justificadas:** Luciana Aparecida Palharini, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Samon Noyama, Coordenador do curso de Licenciatura em Filosofia. Professor Raphael cumprimentou a todos e deu início à sessão às quatorze horas e sete minutos. **Informes da Presidência:** Professor Raphael informou que a pauta continha informes iniciais, aos quais seriam acrescentados outros pontos ao final da reunião. 1) Planejamento de oferta didática - CGCG. Professor Rodrigo informou que os trabalhos de planejamento da oferta didática estavam em andamento. Alguns cursos ainda estavam sendo contatados e a documentação continuava em revisão, o que poderia gerar novas solicitações às coordenações. Solicitou que os coordenadores acompanhassem os e-mails, pois a comunicação seria intensificada nas semanas seguintes, e agradeceu a colaboração das equipes envolvidas. 2) Situação do próximo edital para concurso de docentes. Professor Raphael agradeceu ao Pró-reitor Adjunto de Gestão de Pessoas, Diogo Rocha, por comparecer à reunião para esclarecer a situação dos concursos docentes. Diogo informou que a Universidade não havia interrompido a realização de concursos, mas que havia vagas represadas em diferentes centros. A ProGePe estava trabalhando com as direções dos centros para mapear as vagas ainda não preenchidas. Explicou que os concursos vinham sendo realizados de forma separada, em etapas distribuídas ao longo do tempo, mas que a legislação recente, especialmente a relativa às cotas, exigia uma metodologia mais concentrada e coordenada. A mudança demandava articulação com as direções e a Reitoria, motivo pelo qual a preparação do próximo edital estava levando mais tempo. Diogo acrescentou que a Universidade estava em período de vedação eleitoral e, por isso, não poderia homologar concursos nesse período. Informou que dois processos seletivos para professores visitantes haviam sido realizados neste ano e que, no segundo semestre, o trabalho estava concentrado na preparação do concurso para docentes efetivos. A expectativa era iniciar a execução dos concursos no começo de 2027, de maneira mais concentrada. Professora Mariana perguntou se o edital seria publicado ainda em 2026. Diogo respondeu que essa era a previsão: a publicação do edital poderia ocorrer neste ano, enquanto a execução dos concursos ficaria para 2027. Informou que havia uma reunião agendada com as direções para a semana seguinte, a fim de concluir ajustes no cronograma. Professora Mariana observou que a publicação ainda em 2026 seria importante diante da possibilidade de mudança no Governo Federal e da incerteza sobre os concursos das universidades federais. Diogo explicou que a prioridade naquele momento era concluir a preparação do edital para docentes efetivos. A retomada dos processos seletivos para visitantes dependeria das condições do período eleitoral e do andamento dos trabalhos a partir de janeiro. Ressalvou que não poderia garantir a publicação de novos editais para visitantes neste ano. Professor Raphael perguntou sobre a dimensão do concurso. Diogo informou que aproximadamente setenta vagas já haviam sido mapeadas em conjunto com as direções dos centros. Professor Raphael solicitou esclarecimentos sobre as consequências de eventual impugnação de uma área específica em um edital conjunto com tantas vagas. Diogo explicou, com base em experiência anterior em concurso técnico-administrativo, que uma ação judicial pode atingir uma vaga ou situação específica sem necessariamente suspender o edital inteiro. No exemplo citado, a convocação para a vaga questionada ficou suspensa, enquanto as demais convocações prosseguiram. Ressalvou, contudo, que não era possível prever todas as decisões judiciais e que a convocação questionada poderia ficar pendente até a decisão correspondente. Professora Regimeire contextualizou a regulamentação das cotas, mencionando tanto a alteração promovida pela UFABC, que elevou de 20 para 40 por cento a reserva de vagas para pessoas negras, quanto a legislação

federal, que elevou o percentual de 20 para 30 por cento e incorporou novos grupos, incluindo pessoas quilombolas e indígenas. Em nome do NEAB (Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros), registrou que o Núcleo havia participado da discussão institucional e da elaboração do documento, que resultou na resolução regulamentadora. Relembrou que já havia manifestado preocupação com a demora na realização dos concursos e observou que a estimativa de vagas represadas havia passado de pouco mais de cinquenta para quase setenta. Somou-se aos demais membros no pedido de celeridade, reconhecendo o desafio de organizar um edital dessa dimensão. Diogo informou que os dois editais de processos seletivos para professores visitantes publicados neste ano já contemplavam as novas cotas previstas na Resolução do ConsUni, e que a mesma regulamentação seria aplicada ao concurso docente. Professor Raphael observou que a dimensão do concurso exigia cuidado para evitar problemas que pudessem resultar em judicialização ou comprometer o processo. Reforçou a importância de publicar o edital assim que possível e agradeceu ao trabalho da ProGePe. Diogo colocou-se à disposição da CG para prestar esclarecimentos adicionais. 3) Pró-Reitoria de Graduação no Campus de São Bernardo do Campo. Professor Raphael informou que a gestão da ProGrad passaria a manter presença regular no campus de São Bernardo do Campo às quartas-feiras, com o objetivo de facilitar o atendimento às coordenações e a realização de reuniões relacionadas ao campus. Indicou que a ProGrad também estava ampliando sua representação local e mencionou o espaço da Pró-Reitoria no Bloco Alfa. Informou ainda que convocaria, nas semanas seguintes, novas reuniões para dar continuidade à discussão sobre matrículas e componentes curriculares. Indicou que a primeira seria em São Bernardo do Campo e a seguinte em Santo André. 4) Semanas de cursos e outros eventos durante o ano de 2027. Professor Raphael anunciou que a gestão entraria em contato com as coordenações para organizar o calendário das semanas de cursos (por exemplo, Semana das Licenciaturas e Semana das Engenharias) do ano seguinte. Solicitou informações sobre as atividades realizadas e sobre as datas já previstas, com a intenção de avaliar a concentração dessas atividades em uma mesma semana de cada quadrimestre. Professora Vânia informou que a Semana da Engenharia de Materiais está prevista para a última semana de julho de 2027. Professor Raphael acrescentou que seria necessário discutir como viabilizar a participação dos estudantes, inclusive quanto à dispensa de atividades acadêmicas. Considerou que a organização conjunta do calendário poderia facilitar o planejamento e reduzir a dispersão das semanas de curso ao longo do ano. 5) Contabilização das atividades de extensão nas disciplinas. Professor Raphael retomou a discussão sobre a curricularização da extensão, tema que havia sido debatido na sessão do ConsEPE realizada na terça-feira anterior. Informou que a CG voltaria a examinar a Resolução CG nº 28/2022, aprovada no início da implementação da curricularização da extensão, para avaliar se a regulamentação continuava adequada à experiência acumulada nos quatro anos seguintes. Explicou que a resolução estabelece que disciplinas de caráter extensionista ou cultural devem indicar a carga horária semanal de extensão e cultura, identificada pela letra E. Conforme o texto vigente, o valor de E não é somado à totalização de créditos nem à carga horária total da disciplina; ele representa a parcela da carga horária teórica ou prática desenvolvida por meio de metodologia extensionista ou cultural. Assim, quando uma disciplina apresenta T, P e E, as horas de E são deduzidas de T e P, e não acrescentadas à carga horária total. Relatou que, na discussão original da CG, houve divergência sobre se E deveria constituir carga horária separada ou ser parte de T e P. A interpretação segundo a qual E é deduzido de T e P foi aprovada por votação apertada, de 16 votos a 15, e incorporada à Resolução. Segundo ele, alguns cursos passaram posteriormente a contabilizar E como carga horária adicional, o que gerou inconsistências nos projetos pedagógicos e nos registros acadêmicos. Professor Raphael explicou que o problema pode levar estudantes a acreditar que cumpriram a carga horária total do

curso quando, na realidade, as horas utilizadas para extensão também foram contabilizadas como parte de T ou P. Nesse caso, a carga horária total fica aquém do exigido, embora o histórico possa indicar o cumprimento de requisitos específicos. A resolução vigente deve ser aplicada até que a Comissão de Graduação discuta e eventualmente revise a regulamentação. Informou que conversaria com as coordenações das licenciaturas, cujos Projetos Pedagógicos foram recentemente aprovados por esta Comissão, para avaliar os ajustes necessários. Para alguns cursos, poderá ser necessário acrescentar uma ou duas disciplinas de opção limitada aos núcleos 1 e 2, de modo a permitir que os estudantes completem a carga horária exigida. Para outros, poderá bastar explicitar nos Projetos Pedagógicos que as horas utilizadas para extensão são descontadas da carga horária do núcleo ao qual a disciplina pertence. A orientação sobre a localização das disciplinas livres nos núcleos deverá respeitar as decisões já aprovadas pelos respectivos cursos e conselhos. Professor Breno perguntou qual deveria ser a orientação para os cursos que já estavam revisando seus Projetos Pedagógicos, considerando as dúvidas sobre a extensão e sobre a distribuição das disciplinas nos grupos previstos nas diretrizes curriculares. Professor Raphael respondeu que a orientação inicial seria preservar a organização já aprovada para os núcleos e corrigir os casos em que a carga horária de extensão estivesse sendo contada em duplicidade. Alguns coordenadores relataram dificuldades práticas de interpretação dos históricos escolares e de contabilização da carga horária, inclusive situações em que estudantes acreditavam ter concluído o curso e depois identificavam horas faltantes. Também foram mencionadas dúvidas sobre a forma como o sistema acadêmico apresenta as horas de extensão e sobre possíveis inconsistências em históricos de estudantes que cursaram versões diferentes de um Projeto Pedagógico. Ficou indicada a necessidade de examinar essas questões com as áreas responsáveis pelos registros acadêmicos e tornar as informações mais claras para estudantes e coordenações. Professor Raphael concluiu que a experiência acumulada desde 2022 permitia identificar consequências da regra que não haviam sido plenamente previstas quando a Resolução foi aprovada. Informou que o tema voltaria à pauta em sessão futura, para que a Comissão pudesse discutir possíveis ajustes com base nos problemas identificados. Professor Rodrigo apresentou um exemplo hipotético: em um curso de cem horas, dez horas deveriam ser extensionistas; se essas dez horas já estivessem incluídas nas noventa horas de disciplinas cursadas, elas não poderiam ser contadas novamente como carga horária adicional. O estudante ainda precisaria completar a carga horária total, por meio de disciplinas livres, atividades complementares ou outras atividades de extensão previstas no curso. Professor Wesley sugeriu que as coordenações incentivassem a participação dos estudantes em projetos de extensão, além do aproveitamento de atividades extensionistas em disciplinas. Professor Raphael concordou que as disciplinas cobriam apenas parte das necessidades de extensão e destacou a importância da participação dos docentes para ampliar as oportunidades de projetos. 6) Comissão Protocolo para Gestão de Risco Climático e seus impactos. Professora Giselle informou que estava sendo formado um grupo de gestão de risco para subsidiar decisões sobre eventual cancelamento de aulas em situações climáticas adversas. O grupo reuniria docentes com conhecimento técnico e setores da Reitoria e da ProGrad, com apoio das direções, para avaliar condições meteorológicas e emitir informes que auxiliassem a tomada de decisão. A previsão era concluir a formação do grupo até sexta-feira e iniciar os trabalhos na semana seguinte, considerando alertas e riscos relacionados ao El Niño, que está previsto para o período de outubro de 2026 a março de 2027. Professor Raphael observou que eventos climáticos intensos estavam ocorrendo fora dos períodos em que eram habitualmente esperados e considerou importante preparar a Universidade para essas situações. **Informes dos Membros:** 1) Professor Antonio Neves informou que o Bacharelado em Física aguardava o preenchimento de oito

vagas docentes, de um quadro de sessenta docentes, e que o último concurso para docentes efetivos havia ocorrido no início de 2025. Alertou que a ausência de novas contratações poderia sobrecarregar o planejamento didático de 2027, especialmente porque a maior parte da carga didática dos docentes ingressantes seria destinada ao curso de ingresso, com reflexos em outros cursos. Solicitou que a ProGrad e os setores envolvidos planejassem medidas para mitigar eventuais atrasos na publicação ou execução do edital. Professor Raphael respondeu que a Universidade trabalha com a expectativa de realização do concurso e que não estava considerando como cenário principal a hipótese de sua não realização. Indicou que a publicação era esperada até o final de novembro, embora a execução dependesse do andamento do processo e de possíveis judicializações. Esclareceu que, no cenário mais favorável, o ingresso de novos docentes poderia ocorrer apenas no terceiro quadrimestre de 2027. 2) Professor Rafael Alves divulgou um evento de avaliação de trabalhos previsto para 9 a 13 de novembro, em Santo André, e informou que os convites para participação nas avaliações seriam encaminhados aos membros das plenárias. Solicitou maior participação dos docentes, especialmente nas avaliações orais, cuja organização havia sido prejudicada por ausências após confirmações. Informou que a participação dos docentes seria ampliada no ano seguinte. **Ordem do Dia.** 1) Ata da III sessão extraordinária da Comissão de Graduação, ocorrida em 03 e 17 de setembro de 2026. Não havendo manifestações, a ata foi colocada em votação e aprovada com seis abstenções. 2) Ata da VIII sessão ordinária da Comissão de Graduação, ocorrida em 17 de setembro de 2026. Não havendo manifestações, a ata foi submetida à votação e aprovada com nove abstenções. **Expediente.** 1) Proposta de criação de disciplinas de opção limitada do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Professora Regimeire apresentou a proposta. Explicou que a Licenciatura em Educação do Campo é um curso de oferta única, criado no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da CAPES e com Projeto Pedagógico aprovado em 2024. O curso iniciou suas atividades no terceiro quadrimestre de 2024, e a turma atual tem previsão de conclusão em 2028. O curso começou com cerca de 72 estudantes e, atualmente, conta com 53 matriculados. Parte dos desligamentos havia ocorrido voluntariamente e parte se relacionava à impossibilidade de concluir o curso dentro das condições de reoferta. Explicou que, embora o curso siga o calendário e as normas da UFABC, sua organização precisa considerar as particularidades da modalidade de Educação do Campo e o fato de as atividades ocorrerem majoritariamente no Quilombo da Caçandoca, em Ubatuba, no litoral norte de São Paulo. Destacou que a participação dos estudantes no planejamento pedagógico é um princípio importante da modalidade. Professora Regimeire informou que, por meio do componente Laboratório de Práticas Integradoras, coordenado por ela e pelas professoras Suze Piza e Vicentina Azevedo, os estudantes examinaram o Projeto Pedagógico do Curso, o catálogo de disciplinas da UFABC e o rol de disciplinas de opção limitada já existente, identificando temas que consideravam ausentes. O processo de escuta e sistematização resultou em onze novas propostas de disciplinas, organizadas a partir das demandas teóricas, políticas e pedagógicas dos estudantes. Destacou que as propostas contemplavam, entre outros temas, territórios e educação Guarani, língua Guarani, saberes tradicionais, saúde, etnomedicina, maternidade, luta e resistência das mulheres, crises climáticas pós-desastres, recursos hídricos e questões relacionadas aos territórios e comunidades tradicionais. Explicou que as disciplinas haviam sido distribuídas entre os grupos temáticos utilizados no catálogo da Universidade, conforme o enquadramento indicado nos documentos encaminhados à CG. Ressaltou que, uma vez incorporadas ao catálogo geral de disciplinas de opção limitada, as disciplinas poderiam vir a ser ofertadas também por outros cursos de graduação da UFABC, contribuindo para a interdisciplinaridade e para a discussão de temas relevantes a diferentes áreas de

formação. Professor Raphael observou que a documentação e os pareceres técnicos haviam sido enviados aos membros da Comissão e abriu espaço para perguntas e sugestões. Professor Evonir parabenizou a coordenação pela proposta e destacou a importância de incluir no catálogo temas relacionados aos povos originários, aos aspectos etnográficos e étnico-culturais e aos conhecimentos tradicionais, considerando sua relevância também para a região do Grande ABC. Professora Mariana perguntou se existe a possibilidade dos estudantes dos *campi* Santo André e São Bernardo cursarem as disciplinas de opção limitada da Licenciatura em Educação no Campo. Professor Rodrigo elogiou o trabalho realizado, mas apontou possíveis inconsistências técnicas nos documentos: algumas fichas de disciplinas aparentavam repetir o mesmo código de TPI, e havia dúvida sobre a informação de TPI da disciplina "Educação Guarani". Também solicitou conferência da distribuição das disciplinas entre os grupos temáticos do catálogo. Professor Alexei levantou dúvidas sobre o enquadramento temático de algumas disciplinas e sobre a necessidade de explicitar, no título ou na ementa, a referência étnica associada à disciplina de etnomedicina. Perguntou ainda se as ementas haviam sido elaboradas com participação das comunidades ou se elas se baseavam apenas na literatura. Foi apontada a necessidade de conferir e, se necessário, ajustar informações de TPI e de carga horária das disciplinas. Também foi sugerido que outros cursos interessados avaliassem a possibilidade de incluir as novas disciplinas em suas próprias listas de opção limitada, observando-se que a inclusão na lista de um curso depende também da possibilidade concreta de oferta. À questão da professora Mariana, professora Regimeire respondeu que não seria possível devido às diferenças de modalidade entre a Licenciatura em Educação no Campo e os demais cursos da UFABC; mas os alunos poderiam cumprir uma parte da carga horária com as OLs da LEC em regime similar à "Pedagogia da Alternância", como a professora Suze já fez anteriormente com uma turma de estagiários. Professora Regimeire respondeu ao professor Alexei que os conteúdos foram construídos a partir de um processo participativo realizado no Laboratório de Práticas Integradoras. Os estudantes analisaram os documentos do curso e identificaram temas que consideravam importantes; posteriormente, a coordenação sistematizou e agrupou as contribuições em conjuntos de objetivos e propostas de disciplinas. Sobre a etnomedicina, explicou que a intenção era contemplar os conhecimentos de povos indígenas, caiçaras e quilombolas, grupos presentes no contexto da turma. Acrescentou que, sempre que possível, a oferta das disciplinas é realizada em parceria com professores do território, ou integralmente por esses professores, para manter a conexão com as comunidades e seus saberes. Professor Raphael esclareceu que a proposta submetida naquele momento era a criação das disciplinas e que, em seguida, seria necessário incorporá-las ao anexo do Projeto Pedagógico que relaciona as disciplinas de opção limitada do curso. Como havia interesse em ofertá-las já no primeiro quadrimestre, propôs que a Comissão deliberasse tanto sobre a criação quanto sobre a inclusão no anexo, evitando que o procedimento ficasse para uma reunião posterior. Encerradas as manifestações, professor Raphael consultou os membros sobre a passagem do item do Expediente para a Ordem do Dia. Não havendo oposição, o item foi incluído na Ordem do Dia. Em seguida, sem outras manifestações, colocou em votação a proposta de criação das disciplinas de opção limitada da Licenciatura em Educação do Campo e sua inclusão no anexo do Projeto Pedagógico do Curso. A proposta foi aprovada por unanimidade. Professora Regimeire agradeceu à Comissão pela aprovação e convidou os presentes a conhecerem o curso e suas atividades no território. Professora Vicentina destacou que a elaboração das ementas foi construída a partir dos saberes e das experiências dos estudantes e das comunidades e reforçou a importância pedagógica e política do processo participativo. Professor Raphael agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às quinze horas e quarenta e cinco minutos. A presente Ata foi lavrada por nós, Edna Maria de Oliveira

Loureiro, Assistente em Administração, e Thiago Vinicius Pereira Graciano de Souza, Estagiário, e aprovada pelo professor Raphael Yokoingawa de Camargo e pelos demais membros presentes. ----------

RAPHAEL YOKOINGAWA DE CAMARGO
Presidente

GISELLE WATANABE
Vice-presidente

EDNA MARIA DE OLIVEIRA LOUREIRO
Assistente em Administração

THIAGO VINICIUS P. G. DE SOUZA
Estagiário